



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 4.303, DE 2019**

**(Do Sr. Felipe Carreras)**

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer a obrigatoriedade da disponibilização de cardápio em Braille por bares, lanchonetes e restaurantes.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-134/2019.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte paragrafo único ao artigo 62:

“Art. 62 .....

Parágrafo Único. Ficam os bares, lanchonetes e restaurantes obrigados a ter em suas dependências ao menos um exemplar de seu cardápio em Braille.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O estatuto da pessoa com deficiência é um marco para a sociedade brasileira demonstrando todo seu respeito a todos os cidadãos.

Grandes avanços foram conquistados mediante este diploma legal, destacamos o que foi disciplinado em seu artigo 62 que “É assegurado à pessoa com deficiência, mediante solicitação, o recebimento de contas, boletos, recibos, extratos e cobranças de tributos em formato acessível.”.

Importante medida, porém incompleta, observamos o intuito legislativo de garantir o direito a pessoa com deficiência a solicitar a forma mais adequada a sua própria conferência, por isso sugerimos a inclusão de os bares, restaurantes e lanchonetes disponibilizarem cardápios adequados.

Entendemos que o presente projeto vem a aprimorar este respeitado diploma e permitir que os cidadãos com visão reduzida possam ter a autonomia de poder observar por conta própria o cardápio de qualquer lugar que ela venha desejar consumir.

Em face do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para fazer este projeto de lei prosperar.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 2019.

Deputado FELIPE CARRERAS

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
 Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
 Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
 Seção de Legislação Citada - SELEC

**LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**LIVRO I  
PARTE GERAL**

.....  
**TÍTULO III  
DA ACESSIBILIDADE**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

.....  
 Art. 62. É assegurado à pessoa com deficiência, mediante solicitação, o recebimento de contas, boletos, recibos, extratos e cobranças de tributos em formato acessível.

**CAPÍTULO II  
DO ACESSO À INFORMAÇÃO E À COMUNICAÇÃO**

Art. 63. É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente.

§ 1º Os sítios devem conter símbolo de acessibilidade em destaque.

§ 2º Telecentros comunitários que receberem recursos públicos federais para seu custeio ou sua instalação e lan houses devem possuir equipamentos e instalações acessíveis.

§ 3º Os telecentros e as lan houses de que trata o § 2º deste artigo devem garantir, no mínimo, 10% (dez por cento) de seus computadores com recursos de acessibilidade para pessoa com deficiência visual, sendo assegurado pelo menos 1 (um) equipamento, quando o resultado percentual for inferior a 1 (um).

.....  
 .....

**FIM DO DOCUMENTO**